



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Concurso Público

## PROCURADOR MUNICIPAL

Aplicação: 17/8/2008

### Prova Escrita Objetiva

# MANHÃ

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **cem questões**, correspondentes à prova escrita objetiva, corretamente ordenadas de **1 a 100**.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*É melhor ter um inimigo reconhecido do que um aliado forçado.*

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I **19/8/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova escrita objetiva: Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **20 e 21/8/2008** – Recursos (prova escrita objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **11/9/2008** – Resultado final da prova escrita objetiva e convocação para a prova escrita subjetiva: Diário Oficial do Município de Natal e Internet.
- IV **21/9/2008** – Aplicação da prova escrita subjetiva.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – PGM, de 16/6/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de **1 a 100**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CONAMA = Conselho Nacional do Meio Ambiente; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CTN = Código Tributário Nacional; CTPS = carteira de trabalho e previdência social; DF = Distrito Federal; EC = Emenda Constitucional; FGTS = fundo de garantia do tempo de serviço; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; IPI = imposto sobre produtos industrializados; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; ISS = imposto sobre serviços de qualquer natureza; ITCMD = imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação; ITR = imposto sobre a propriedade territorial rural; LC = Lei Complementar; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; RGPS = regime geral da previdência social; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TRF = Tribunal Regional Federal; TRT = Tribunal Regional do Trabalho; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

## PROVA ESCRITA OBJETIVA

### QUESTÃO 1

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A No Brasil, o controle de constitucionalidade é feito apenas de modo repressivo.
- B Segundo a jurisprudência do STF, é cabível, em ação direta de constitucionalidade, o controle judicial preventivo de constitucionalidade.
- C O STF admite o controle de constitucionalidade preventivo em sede de controle incidental.
- D Segundo a jurisprudência do STF, é viável o controle de constitucionalidade de norma constitucional originária em face de outra norma constitucional originária de hierarquia inferior.

### QUESTÃO 2

Assinale a opção correta de acordo com a doutrina dominante referente à interpretação e aplicação das normas constitucionais.

- A Segundo Eros Roberto Grau, a interpretação e a aplicação do direito são momentos distintos, sendo que o primeiro antecede o segundo e consiste na subsunção do fato à norma.
- B No âmbito da doutrina que estuda a interpretação constitucional, é possível identificar duas correntes de pensamento: os interpretativistas e os não-interpretativistas. A diferença entre elas, em linhas gerais, é que os interpretativistas defendem um ativismo judicial na interpretação da Constituição, admitindo a possibilidade de os juízes irem além do texto da lei, invocando valores como justiça, igualdade e liberdade na criação judicial do direito, o que é repellido pelos não-interpretativistas.
- C Nos sistemas que adotam o mecanismo do *judicial review*, o Poder Legislativo é apontado pela doutrina como o principal agente na interpretação da Constituição.
- D A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, defendida por Peter Häberle, propõe que a interpretação constitucional seja tarefa desenvolvida por todos aqueles que vivem a norma, devendo ser inseridos no processo de interpretação constitucional todos os órgãos estatais, os cidadãos e os grupos sociais.

### QUESTÃO 3

A respeito da organização do Estado, assinale a opção correta.

- A A União é pessoa jurídica de direito público interno com autonomia política e titular de soberania.
- B A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de município devem ser feitos por lei estadual, observados os requisitos previstos na CF.
- C De acordo com a CF, o DF é a capital federal do Brasil.
- D Os potenciais de energia hidráulica são bens comuns da União e dos estados onde se encontrem.

### QUESTÃO 4

De acordo com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca de competências.

- A Está no âmbito da competência estadual lei que limite o valor de quantia cobrada para uso de estacionamento de veículos em área particular.
- B Lei estadual que obrigue as empresas de construção civil a fornecer café-da-manhã aos trabalhadores que compareçam ao trabalho com quinze minutos de antecedência não viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.
- C É de competência privativa da União legislar sobre a garantia de pagamento de meia entrada aos locais públicos de cultura, esporte e lazer.
- D Os estados podem, por via legislativa local, criar o instituto da reclamação, sem que isso represente invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual, visto que a natureza jurídica da reclamação não é de recurso, de ação ou de incidente processual.

**QUESTÃO 5**

Tendo em vista o que dispõe a CF a respeito de tributação e orçamento, assinale a opção correta.

- A Cabe à lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- B Competem à União, em território federal, os impostos estaduais e, se o território não for dividido em municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
- C A União, os estados e os municípios têm competência concorrente para instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- D Compete aos municípios instituir ITCMD.

**QUESTÃO 6**

Considerando a atual jurisprudência do STF quanto à decisão e aos efeitos do mandado de injunção, notadamente nos casos em que se discuta o direito de greve dos servidores públicos, é correto afirmar que, na decisão de um mandado de injunção, compete ao Poder Judiciário

- A elaborar a norma regulamentadora faltante.
- B proferir simples declaração de inconstitucionalidade por omissão, dando conhecimento ao órgão competente para a adoção das providências cabíveis.
- C garantir o imediato exercício do direito fundamental afetado pela omissão do poder público.
- D fixar prazo razoável para que o ente omissor supra a lacuna legislativa ou regulamentar, sob pena de responsabilização.

**QUESTÃO 7**

Considerando a ordem econômica na CF, assinale a opção correta.

- A A CF veda, de forma peremptória, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, ainda que necessária aos imperativos da segurança nacional.
- B A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista é forma de intervenção indireta do Estado na economia.
- C Segundo a CF, o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida não depende de autorização ou concessão.
- D É vedado pelo Estado o controle dos preços de bens e serviços, bem como o aumento do lucro, sob pena de violação ao fundamento constitucional da livre iniciativa.

**QUESTÃO 8**

Tendo em vista o tratamento dado pela CF ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- A A CF prevê expressamente que a obrigação de preservar o meio ambiente é do poder público e da coletividade.
- B O direito ao meio ambiente equilibrado não pode ser considerado direito fundamental, visto que não integra o rol dos direitos previstos no art. 5.º da CF.
- C Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais ou administrativas, que não podem ser cumuladas com a obrigação de ressarcir o dano, sob pena de *bis in idem*.
- D Usinas que operem com reator nuclear devem ter sua localização definida por decreto do presidente da República, sem o qual não podem ser instaladas.

**QUESTÃO 9**

Considerando, por hipótese, que o município de Natal ajuíze ação contra Estado estrangeiro na justiça federal de primeiro grau; que, após o regular trâmite processual, o juiz profira sentença desfavorável ao município, e que este deseje recorrer da decisão, o procurador do município, tendo em vista a distribuição de competências previstas na CF, deverá interpor

- A apelação para o TRF.
- B recurso ordinário para o STF.
- C recurso ordinário para o STJ.
- D recurso especial para o STJ.

**QUESTÃO 10**

O servidor de determinado órgão público requereu administrativamente, em janeiro de 2001, a incorporação em sua remuneração de gratificação que havia sido criada naquele mês. A administração pública indeferiu o pedido sob o argumento de que o servidor não fazia jus à incorporação da vantagem. Não houve recurso administrativo. Em julho de 2008, o servidor ajuizou ação, pleiteando a incorporação da referida vantagem.

Na situação hipotética descrita,

- A consumou-se a prescrição do próprio fundo de direito, visto que transcorreu o prazo de cinco anos.
- B não se consumou a prescrição, visto que transcorreram menos de vinte anos.
- C consumou-se a prescrição apenas das parcelas vencidas há mais de cinco anos.
- D não ocorreu prescrição, visto que se trata de prestações de trato sucessivo.

**QUESTÃO 11**

Considerando a doutrina e a jurisprudência majoritárias acerca da invalidação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Com base em seu poder de autotutela, a administração pública pode invalidar atos administrativos insanáveis, sendo imprescindível a observância do devido processo legal em todos os casos.
- B Com base em seu poder de autotutela, a administração pública pode invalidar atos administrativos insanáveis. Nesse caso, quando houver repercussão na esfera dos direitos individuais, deverá ser observado o devido processo legal.
- C O poder de autotutela da administração pública, que lhe permite invalidar atos administrativos, só pode ser exercido quando o desfazimento do ato não repercuta no âmbito dos direitos individuais dos administrados. Nesse caso, a administração pública deve recorrer ao Poder Judiciário, pleiteando o desfazimento do ato em juízo.
- D O poder de autotutela da administração pública, que lhe permite invalidar atos administrativos, não atinge os beneficiários do ato que estejam de boa-fé.

**QUESTÃO 12**

Assinale a opção correta com respeito à investidura e ao exercício de função pública.

- Ⓐ Segundo a CF, os cargos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, excluindo-se, portanto, a possibilidade de os estrangeiros ocuparem cargos públicos.
- Ⓑ As funções de confiança e os cargos em comissão podem ser preenchidos por servidores que não ocupem cargo efetivo, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- Ⓒ A CF proíbe a vinculação ou a equiparação de qualquer espécie remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- Ⓓ A CF veda a acumulação de cargos e empregos públicos, mas permite, excepcionalmente, a acumulação de dois cargos de professor ou dois cargos científicos ou técnicos.

**QUESTÃO 13**

Com relação às autarquias, assinale a opção correta.

- Ⓐ A relação entre uma autarquia e o ente que a criou é de subordinação.
- Ⓑ A criação de uma autarquia federal é feita por decreto do presidente da República.
- Ⓒ O dirigente de autarquia não pode figurar como autoridade coatora em mandado de segurança.
- Ⓓ Uma autarquia municipal pode litigar em juízo contra o município que a criou.

**QUESTÃO 14**

Com relação às agências reguladoras, assinale a opção correta.

- Ⓐ As agências reguladoras são órgãos da administração pública cuja finalidade é fiscalizar e controlar determinada atividade.
- Ⓑ A CF criou, por meio de norma inserida em seu texto, duas das atuais agências reguladoras, quais sejam a ANATEL e a ANEEL.
- Ⓒ O quadro de pessoal das agências reguladoras é vinculado ao regime celetista, conforme expressa disposição legal.
- Ⓓ Segundo jurisprudência do STF, a subordinação da nomeação dos dirigentes das agências reguladoras à prévia aprovação do Poder Legislativo não implica violação à separação e à independência dos poderes.

**QUESTÃO 15**

As hipóteses de inexigibilidade de licitação incluem

- Ⓐ a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- Ⓑ a compra de material de uso pelas forças armadas — com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo —, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.
- Ⓒ o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- Ⓓ a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

**QUESTÃO 16**

À luz do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, que trata do processo administrativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma decisão de recurso administrativo pode ser objeto de delegação a juízo da autoridade competente.
- Ⓑ É inadmissível a avocação de competência a órgão hierarquicamente inferior.
- Ⓒ O comparecimento do administrado aos atos do processo não supre a inobservância das prescrições legais das intimações.
- Ⓓ Aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados por decisão em processo administrativo têm legitimidade para interpor recurso administrativo.

**QUESTÃO 17**

O dirigente de uma empresa pública municipal realizou contratação de produtos de informática sem o cumprimento prévio de licitação. Para a dispensa de licitação, alegou-se que os bens precisavam ser adquiridos com urgência. Os serviços foram corretamente prestados e não restou demonstrado superfaturamento de preços. Após a execução do contrato, descobriu-se que o fornecedor dos produtos de informática havia presenteado o referido dirigente com uma TV de LCD e um *notebook*. Diante desses fatos, o MP estadual ajuizou ação de improbidade administrativa contra o dirigente.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A situação descrita configura ato de improbidade administrativa, que importa em enriquecimento ilícito.
- Ⓑ Considerando não ter havido prejuízo para o ente público, o MP pode transacionar com o agente público e desistir da ação caso os bens indevidamente recebidos sejam devolvidos.
- Ⓒ O MP é o único titular legitimado a propor ação de improbidade nesse caso, visto que não houve prejuízo para a administração pública.
- Ⓓ Uma eventual ação proposta pelo MP deve, necessariamente, ser precedida de inquérito civil público no qual seja oportunizada ao dirigente a apresentação de defesa preliminar.

**QUESTÃO 18**

Com o estado de direito, passou-se a afirmar a existência de uma função de natureza administrativa cujo objeto é a proteção do bem-estar geral, mediante a regulação dos direitos individuais, expressa ou implicitamente reconhecidos no sistema jurídico. Nesse contexto, o poder público, além de impor certas limitações, emite atos preventivos de controle, aplica penalidades por eventuais infrações e, em determinados contextos, exerce coação direta em face de terceiros para preservar interesses sociais.

Raquel M. U. de Carvalho. *Curso de direito administrativo*. Salvador: Juspodivum, 2008, p. 327 (com adaptações).

O texto acima trata do poder

- A discricionário.
- B de polícia.
- C regulatório.
- D disciplinar.

**QUESTÃO 19**

Em relação às disposições constitucionais da previdência social, assinale a opção correta.

- A É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do RGPS, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ou quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei ordinária.
- B Lei ordinária deverá dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, sendo vedada a adoção de alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do RGPS.
- C É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios, bem como a autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá ser inferior à do segurado.
- D É vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

**QUESTÃO 20**

Quanto às disposições constitucionais da seguridade social, assinale a opção correta.

- A A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, sendo certo que o acesso a tais direitos ocorre mediante contribuição do beneficiário.
- B Constitui um dos objetivos da assistência social a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- C O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao RGPS, é de filiação obrigatória, embasado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por LC.
- D A lei deve dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, permitindo-se a comercialização para o exterior.

**QUESTÃO 21**

Edmar, ex-estudante de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nunca exerceu atividade profissional. No entanto, elegeu-se deputado federal, sendo que a atividade parlamentar foi sua primeira experiência político-profissional.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, enquanto estiver no exercício do mandato, Edmar será segurado obrigatório

- A da previdência social na qualidade de contribuinte individual.
- B da previdência social na qualidade de autônomo.
- C da previdência social na qualidade de empregado.
- D do regime próprio de previdência da Câmara dos Deputados.

**QUESTÃO 22**

Acerca do entendimento sumulado do STJ no que se refere ao direito previdenciário, assinale a opção **incorreta**.

- A A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data de óbito do segurado.
- B A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito a pensão previdenciária por morte do ex-marido, desde que comprovada a necessidade econômica superveniente.
- C O auxílio-creche não integra o salário-de-contribuição.
- D A prescrição de ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada está fixada em dez anos.

**QUESTÃO 23**

Acerca do entendimento sumulado do STF no que se refere ao direito previdenciário, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Prescrição e decadência de crédito tributário são matérias que deverão ser regulamentadas por LC.
- Ⓑ É legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário.
- Ⓒ Compete à justiça federal processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
- Ⓓ A imunidade tributária conferida pela CF a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

**QUESTÃO 24**

Em relação ao salário-de-benefício, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tratando-se de auxílio-doença, o salário-de-benefício deve ser calculado pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo.
- Ⓑ Tratando-se de auxílio-acidente, o salário-de-benefício é a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
- Ⓒ Devem ser considerados para o cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenham incidido contribuições previdenciárias, inclusive décimo terceiro salário.
- Ⓓ Não deve ser considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, qualquer aumento do salário-de-contribuição que exceda o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 meses imediatamente anteriores ao início do benefício, ainda que homologado pela justiça do trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

**QUESTÃO 25**

Célio, segurado obrigatório da previdência social, trabalha em uma fábrica de sapatos em Natal – RN desde janeiro de 2000. Em virtude de ter sido infectado pelo vírus da dengue durante seu descanso semanal, no primeiro domingo de fevereiro de 2008, necessitou afastar-se de suas atividades laborais pelo período de trinta dias.

Tendo como referência essa situação hipotética e com base na legislação que rege o benefício do auxílio-doença, assinale a opção correta.

- Ⓐ Célio tem direito à percepção do auxílio-doença, e o benefício é devido a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, uma vez que, durante os primeiros 15 dias consecutivos ao do afastamento, incumbe à empresa pagar o seu salário integral.
- Ⓑ Célio não tem direito à percepção de auxílio-doença, uma vez que o período de carência desse benefício é de 180 contribuições mensais.
- Ⓒ O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consiste em uma renda mensal correspondente a 100% do salário-de-benefício.
- Ⓓ Se a empresa em que Célio trabalha dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, ele não deverá ser encaminhado à perícia médica da previdência social, uma vez que a incapacidade não superou 30 dias.

**QUESTÃO 26**

Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

- Ⓐ A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 anos de idade, se do sexo feminino, caso em que deve ser garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista.
- Ⓑ O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa deve ser acrescido de 25%, desde que não ultrapasse o limite máximo legal.
- Ⓒ A concessão de aposentadoria especial depende de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do tempo de trabalho permanente, ocasional ou intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
- Ⓓ Em regra, o valor mensal da pensão por morte equivale a 91% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

**QUESTÃO 27**

Joana é segurada da previdência social, na qualidade de empregada doméstica, há seis meses. Por compaixão, adotou Gabriel, criança carente de cinco anos de idade.

Com relação a essa situação hipotética e às normas que disciplinam o salário-maternidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Joana não tem direito à percepção de salário-maternidade, uma vez que não cumpriu o período de carência exigido pela lei, que é de dez contribuições mensais.
- Ⓑ O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade, não existindo, porém, previsão para o pagamento desse benefício à adotante.
- Ⓒ A Joana é devido o salário-maternidade pago diretamente pela previdência social pelo período de 30 dias, não se exigindo, no caso, período de carência para a concessão desse benefício.
- Ⓓ Na hipótese de Joana auferir remuneração superior ao limite máximo fixado para o valor dos benefícios no RGPS, cabe ao INSS o pagamento do benefício até o valor-limite e, ao empregador, complementar o valor total recebido pela segurada em atividade.

**QUESTÃO 28**

Acerca das disposições do Decreto-lei n.º 201/1967, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todas as infrações tipificadas no art. 1.º da referida norma têm como destinatário somente o prefeito municipal, estando excluídos os vereadores. Para estes, a norma estabelece, apenas, as hipóteses de cassação e de extinção de mandato e o procedimento a ser adotado.
- Ⓑ Considerando-se que o art. 1.º desse decreto afirma que são crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da câmara dos vereadores, deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais dentro do prazo estabelecido em lei e que o *caput* desse artigo anuncia condutas definidas pela doutrina como crimes próprios, conclui-se que o delito transcrito é hipótese denominada pela doutrina de norma penal em branco em sentido estrito.
- Ⓒ A execução das penas acessórias de perda do cargo de prefeito e inabilitação para o exercício de cargo ou função pública não fica condicionada à existência de condenação definitiva, ou seja, transitada em julgado.
- Ⓓ Em razão do princípio da especialidade, a condenação criminal de prefeito municipal com base na referida norma exclui a obrigação civil de reparar o eventual dano provocado.

**QUESTÃO 29**

Acerca das disposições da Lei n.º 4.898/1965 — Lei de Abuso de Autoridade —, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os delitos descritos na referida norma só admitem a modalidade dolosa e são, em regra, de dupla subjetividade passiva.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética. João, delegado de polícia civil do estado do Rio Grande do Norte, prendeu em flagrante Pedro pela prática de furto. Lavrado o auto de prisão em flagrante, João comunicou imediatamente ao juiz competente a prisão de Pedro, no entanto, não efetuou a comunicação do fato à família do preso. Nessa situação, João cometeu, em tese, crime de abuso de autoridade.
- Ⓒ A referida norma não traz a previsão de delito de atentado.
- Ⓓ A pena privativa de liberdade para todos os delitos previstos na referida norma varia de 10 dias a 6 meses, razão pela qual é cabível a substituição por multa, uma vez que essa pena não pode ultrapassar um ano.

**QUESTÃO 30**

Acerca dos crimes contra a fé pública, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

- Ⓐ João, em uma festividade junina, solicitou ao vendedor de canjica duas unidades. Para efetuar o pagamento, apresentou uma nota que sabia ser falsa, no valor de R\$ 50,00. Imediatamente, a falsidade foi percebida pelo comerciante, que, antes de entregar a mercadoria, acionou as autoridades policiais, que prenderam João em flagrante. Os peritos criminais produziram laudo com a conclusão de que a falsificação era grosseira. O delegado de polícia lavrou o auto de prisão, classificando a conduta como uso de moeda falsa. Nessa situação, a classificação atribuída à conduta de João pela autoridade policial está tecnicamente correta.
- Ⓑ José falsificou determinado documento público, usando-o em seguida. Nessa situação, José deve responder, em tese, pelos delitos de falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material.
- Ⓒ Paulo, por ter sido reprovado nos testes do DETRAN, encomendou carteira nacional de habilitação (CNH) a um falsário. Parado em uma *blitz*, por exigência da autoridade policial, apresentou a CNH falsificada. Nessa situação, segundo a jurisprudência majoritária do STJ e do STF, Paulo cometeu, em tese, o delito de uso de documento falso.
- Ⓓ Célio, ao ser abordado por autoridades policiais, se identificou verbalmente com outro nome, a fim de evitar a busca de seus antecedentes. Nessa situação, Célio cometeu, em tese, o delito de falsa identidade.

**QUESTÃO 31**

Acerca dos crimes contra a administração pública, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

- A** Adão, diretor de penitenciária federal, deixou de cumprir seu dever de vedar aos presos ali custodiados o acesso a aparelho telefônico celular, fato que permitiu aos detentos a comunicação com o ambiente externo. Nessa situação, Adão cometeu, em tese, o delito de condescendência criminoso.
- B** Cândido roubou dois relógios em loja do centro de Caicó – RN, tendo, logo em seguida, fugido para a casa de seu irmão, Cássio. Apesar de não concordar com a ação de Cândido, Cássio despistou os policiais que empreendiam a busca, informando-lhes que seu irmão encontrava-se viajando, fato que impediu a prisão em flagrante de Cândido. Nessa situação, Cássio cometeu, em tese, o delito de favorecimento pessoal, no entanto, ficará isento de pena em razão do seu grau de parentesco com o autor do roubo.
- C** O juiz de direito da Primeira Vara Criminal de Mossoró – RN expediu intimação a José, deputado federal, solicitando o agendamento de dia e hora para que fosse ouvido na qualidade de testemunha do juízo. Como não havia, na referida intimação, nenhum alerta quanto às conseqüências de eventual recusa, José não atendeu à solicitação. Nessa situação, o parlamentar cometeu, em tese, o delito de desobediência.
- D** João, advogado regularmente inscrito na OAB/RN, solicitou a seu cliente, Pedro, determinada quantia em dinheiro, a pretexto de influenciar o perito do juízo onde a ação de Pedro tramitava. Nessa situação, João cometeu, em tese, crime de tráfico de influência.

**QUESTÃO 32**

Márcio e Fabiano, empresários estabelecidos no município de Barcelona – RN, associaram-se eventualmente para fraudar o fisco estadual, mediante alteração de notas fiscais representativas de transações comerciais, conduta tipificada no art. 1.º, III, da Lei n.º 8.137/1990, causando, assim, prejuízos ao erário estadual.

Acerca dessa situação hipotética e com base nas disposições da lei que define os crimes contra a ordem tributária e na jurisprudência dominante, assinale a opção correta.

- A** Ainda que o crédito tributário não tenha sido definitivamente apurado na esfera administrativa fiscal, segundo a jurisprudência do STF, há de ser recebida a denúncia pelo crime em questão, uma vez que a conduta representa prática de infração penal de natureza formal.
- B** Apenas a supressão de tributo ou contribuição social caracteriza a prática de crime previsto na lei, não sendo tipificada a supressão de acessório.
- C** Ainda que o prejuízo provocado ao fisco estadual seja de valor ínfimo, por exemplo, em torno de R\$ 20,00, segundo a jurisprudência do STJ, não se aplica, no caso, o princípio da insignificância.
- D** Caso Fabiano confesse espontaneamente à autoridade policial toda a trama delituosa, poderá se beneficiar de uma causa de diminuição de pena, ainda que seu gesto não seja eficaz para a investigação.

**QUESTÃO 33**

Em relação às disposições da Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — e à jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** Os ministros de Estado, por estarem regidos por normas especiais de responsabilidade, não se submetem ao modelo de competência previsto no regime comum da Lei de Improbidade Administrativa.
- B** A perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função são medidas que só poderão ser efetivadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- C** O agente público que se recusar a prestar declaração de bens, ou que a falsificar, para ser arquivada no competente serviço de pessoal, deve ser punido com pena de advertência.
- D** Por envolver infrações de natureza material, a aplicação das sanções previstas na referida lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

**QUESTÃO 34**

Determinado comerciante, no intuito de evitar prejuízos ao seu negócio, expôs à venda mercadorias em condições impróprias para o consumo, conduta relacionada tipicamente à infração penal definida no art. 7.º, inciso IX, da Lei n.º 8.137/1990. A autoridade policial efetuou a prisão em flagrante do comerciante e apreendeu as referidas mercadorias, mas não determinou a realização de perícia nas mesmas para atestar sua imprestabilidade ao consumo.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Embora se trate de crime formal, é necessária a realização de perícia para a comprovação do elemento objetivo do tipo, qual seja, a existência de mercadoria em condições impróprias ao consumo.
- B** A realização de perícia revela-se desnecessária, uma vez que, tratando-se de delito formal, a consumação ocorre independentemente da verificação de dano ao consumidor.
- C** A realização de perícia somente seria exigida se a mercadoria efetivamente resultasse em dano ao consumidor.
- D** A tipificação do mencionado delito não se vincula às disposições do CDC que estabelecem os produtos impróprios para o consumo.

**QUESTÃO 35**

Não constitui crime contra a ordem econômica

- A abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante cessação parcial ou total das atividades da empresa.
- B formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores.
- C induzir ou manter em erro sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, sonegando-lhe informação ou prestando-a falsamente.
- D usar gás liquefeito de petróleo em motor de qualquer espécie, sauna, caldeira, aquecimento de piscina ou para fins automotivos, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.

**QUESTÃO 36**

Acerca das disposições criminais do CDC — Lei n.º 8.078/1990 —, assinale a opção correta.

- A O fato de qualquer crime previsto na referida norma ser cometido em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade determina a incidência de aumento de pena de um a dois terços.
- B A pena pecuniária prevista para os crimes contra as relações de consumo definidos no referido código deve ser calculada em dias-multa e ser, no mínimo, de 10 dias-multa e, no máximo, de 360 dias-multa, por aplicação subsidiária do CP.
- C Caracteriza circunstância agravante o fato de o crime ser cometido em detrimento de operário ou ruralista.
- D O fato de um comerciante deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia de um produto, adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo, não constitui crime, mas mera infração administrativa.

**QUESTÃO 37**

Em relação à competência tributária, assinale a opção correta.

- A A entrega pela União ao Fundo de Participação dos Municípios de percentual do produto de arrecadação do IPI, prevista na CF, representa outorga parcial de competência tributária.
- B Caso determinado município da Federação brasileira tenha celebrado convênios com instituições financeiras, para facilitar a arrecadação dos tributos municipais, permitindo ao contribuinte efetuar o recolhimento dos tributos diretamente nas instituições conveniadas de sua preferência, nessa situação, o cometimento do encargo de arrecadação de tributos às referidas instituições constitui delegação de competência.
- C Se a União, por intermédio de lei federal, delegar aos municípios as funções de arrecadação e fiscalização do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos aos seus respectivos servidores e empregados públicos municipais, nesse caso, estarão compreendidas na aludida atribuição aos municípios as garantias e privilégios processuais que competem à União.
- D Caso determinado município brasileiro, apesar de constitucionalmente autorizado, não institua contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, será legítimo que o estado a que pertença o aludido município assumam a competência tributária e institua o referido tributo.

**QUESTÃO 38**

Considerando que, em virtude da construção de uma ponte, o município Alfa estabeleça contribuição de melhoria para fazer face ao custo da referida obra pública, assinale a opção correta.

- A Se, após a análise do fator individual de valorização, constatar-se que o somatório do acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado não alcança o montante integral do custo da obra, então o rateio do valor dos custos que exceder o limite individual será feito de forma proporcional entre todos os beneficiados.
- B A lei municipal que instituir a contribuição de melhoria deverá ser obrigatoriamente anterior à realização da obra.
- C Se a obra referida tiver custo inferior a R\$ 100.000,00, então o prazo para impugnação do orçamento dos custos da obra será de 15 dias.
- D A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, entre os imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

**QUESTÃO 39**

No que concerne às normas gerais de direito tributário, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- A Determinado município brasileiro estabeleceu, por portaria expedida pela secretaria municipal de fazenda, que a atualização monetária do IPTU seria feita com base no índice oficial de correção, acrescido de 0,5% ao mês. Nessa situação, é lícita a alteração feita por portaria, tendo em vista que não se trata de majoração de tributo.
- B Certo município, interpretando dispositivo de norma federal, passou a não exigir o recolhimento de ISS sobre determinada atividade. Entretanto, após alguns anos, a autoridade fazendária municipal, revendo a interpretação originária, considerou incidente a exação sobre a referida atividade. Nessa situação, a conduta do contribuinte embasada pela interpretação anterior exclui a imposição de penalidade, cobrança de juros de mora e atualização monetária da base de cálculo do ISS.
- C O Brasil celebrou convenção internacional alterando a alíquota dos impostos de importação e exportação de determinados produtos negociados entre os países signatários. Nessa situação, a alteração da legislação tributária interna dependerá da edição de lei ratificando os termos da convenção.
- D Certa norma municipal estabelecia a incidência de multa moratória de 60% no caso de atraso no pagamento após o vencimento da obrigação não incluída em notificação fiscal de lançamento. João, sendo cobrado por débito tributário, discutia administrativamente a incidência da referida multa, sob a alegação de violação ao princípio do não-confisco. Nessa situação, se, no curso do procedimento administrativo fiscal, for editada nova norma reduzindo o valor da multa moratória, sua eficácia não beneficiará João.

**QUESTÃO 40**

Quanto à disciplina da obrigação tributária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso duas pessoas jurídicas tenham adquirido um imóvel rural, à razão de 50% do total do imóvel cada uma, nesse caso, a solidariedade pelo pagamento do ITR será presumida e a isenção de crédito só não exonerará as duas pessoas jurídicas, se outorgada em caráter pessoal a uma delas.
- Ⓑ Se um indivíduo tiver sido considerado absolutamente incapaz por sentença judicial proferida em ação de interdição, os efeitos da sobredita sentença terão repercussão em sua capacidade tributária passiva.
- Ⓒ Se a empresa X adquirir, em hasta pública realizada em processo judicial de falência, o estabelecimento empresarial de filial da empresa Y, nesse caso, se a empresa Y cessar a exploração de sua atividade, a empresa X responderá integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento empresarial, devidos até a data da alienação.
- Ⓓ Se um contribuinte, em sua declaração anual de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, inserir informações falsas e omitir rendimentos, com a intenção de exonerar-se do pagamento de impostos devidos à fazenda nacional e, constatada a irregularidade pela autoridade fazendária, for iniciado procedimento administrativo para apuração do ocorrido, mas, antes de ser intimado, o contribuinte efetuar o pagamento do tributo devido e dos juros de mora, nesse caso, a denúncia espontânea do contribuinte excluirá sua responsabilidade pela infração cometida.

**QUESTÃO 41**

Em cada uma das opções abaixo é apresentada uma situação hipotética acerca do crédito tributário, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

- Ⓐ Em determinado estado da Federação, o lançamento do ICMS era regido pela Lei X. Ocorre que, posteriormente, a referida norma foi revogada pela Lei Z, que atribuiu responsabilidade tributária por substituição. Nessa situação, a norma posterior será aplicável aos lançamentos referentes a fatos geradores ocorridos em data anterior à sua vigência, no que concerne à atribuição de responsabilidades a terceiros.
- Ⓑ Mariana, após entregar sua declaração anual de imposto de renda de pessoa física, percebeu um erro na inclusão dos valores dos rendimentos recebidos, que reduziria o valor do tributo devido. Nessa situação, Mariana somente poderá efetivar a retificação caso demonstre a existência do erro em que se funda.
- Ⓒ A concessão de moratória em caráter geral somente poderá abranger os créditos definitivamente constituídos à data da lei que estabelecer o favor.
- Ⓓ O município Y concedeu moratória em caráter individual a determinados contribuintes que satisfizessem certas condições estabelecidas em lei. A pessoa jurídica Gama, para quem foi inicialmente concedida a moratória em caráter individual, teve seu favor fiscal anulado em virtude de não ter cumprido as condições impostas legalmente. Nessa situação, inexistindo dolo ou simulação por parte do beneficiado, o prazo prescricional terá sido suspenso durante o período em que durou a moratória.

**QUESTÃO 42**

Ainda em relação à disciplina do crédito tributário, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- Ⓐ Marcelo recebeu por herança testamentária um imóvel comercial, gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Nessa situação, se a fazenda promover execução fiscal contra Marcelo, responderá pelo pagamento do crédito tributário a totalidade de seus bens e rendas, excetuados apenas o referido imóvel recebido por herança e outros declarados por lei ou por ato voluntário como impenhoráveis.
- Ⓑ Ricardo possui débito para com a fazenda pública, por crédito regularmente inscrito como dívida ativa, em montante atualizado de R\$ 15.000,00. Apesar disso, Ricardo alienou imóvel de sua propriedade avaliado em R\$ 30.000,00. Nessa situação, presume-se fraudulenta a alienação, independentemente da capacidade econômica de Ricardo.
- Ⓒ A pessoa jurídica Delta, em processo de falência, possui débito para com a fazenda pública, oriundo de crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Nessa situação, para o exercício da preferência, a fazenda pública deverá requerer a habilitação do crédito tributário no processo falimentar.
- Ⓓ Fabiano possui débitos tributários para com as fazendas nacional, estadual e do DF. Nessa situação, o crédito tributário da fazenda nacional preferirá sobre os demais e os créditos tributários estaduais e distritais não terão preferências entre si, devendo ser satisfeitos conjuntamente e de forma proporcional.

**QUESTÃO 43**

Com base no CTN, assinale a opção correta acerca da administração tributária.

- Ⓐ Se, em execução fiscal promovida contra um contribuinte, o termo de inscrição da dívida ativa não contiver em suas especificações informações a respeito da origem e da natureza do crédito tributário, e o contribuinte somente postular essa nulidade na interposição do recurso de apelação nos embargos à execução, nesse caso, deverá ser declarada a nulidade da inscrição e do processo de cobrança.
- Ⓑ Considere que a pessoa jurídica Zeugma pretenda participar de licitação promovida por ente público estadual. Para comprovação de sua habilitação jurídica, exigida pelo edital do certame, Zeugma deverá apresentar à comissão de licitações, além de outros documentos, certidão negativa de débitos tributários. Entretanto, Zeugma possui ação executiva fiscal promovida contra si, na qual foi efetivada a penhora e, conseqüentemente, a garantia do juízo. Nessa situação, Zeugma não estará habilitada para participar da licitação.
- Ⓒ Para atender às exigências da legislação tributária, os escritórios de contabilidade têm de manter os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal por dois anos, para somente após este período incinerá-los.
- Ⓓ Se, executado por débito fiscal, um contribuinte ajuizar embargos à execução em que sustente, entre outros argumentos, a tese de iliquidez do crédito tributário inscrito na dívida ativa, em virtude da fluência de juros de mora, nessa situação, com base no CTN, o referido argumento deverá ser acolhido pelo magistrado, determinando a extinção da execução.

**QUESTÃO 44**

Relativamente à LRF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso determinado município brasileiro, objetivando criar um pólo industrial, constitua benefícios de natureza fiscal, que resultem na redução da arrecadação de tributo específico, nesse caso, com base na LRF, para a legalidade da concessão do benefício, o município deverá elaborar estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao exercício em que deva iniciar a vigência do benefício e ao exercício seguinte.
- Ⓑ Se determinado estado da Federação implementar ação governamental que acarrete aumento de despesa, em desobediência às diretrizes da LRF, o referido estado será impedido de realizar licitações para a aquisição de bens e serviços.
- Ⓒ Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- Ⓓ Os municípios brasileiros não poderão ter despesa total com pessoal, em cada período de apuração, superior a 40% da receita líquida corrente.

**QUESTÃO 45**

Com base nas normas gerais de direito financeiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Classificam-se como receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o *superavit* do orçamento corrente.
- Ⓑ São denominadas receitas de capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- Ⓒ Conceituam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- Ⓓ Denominam-se subvenções sociais as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

**QUESTÃO 46**

Assinale a opção correta acerca da organização municipal brasileira.

- Ⓐ O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 20% da receita do município.
- Ⓑ Compete à câmara municipal processar e julgar o prefeito nos crimes comuns e de responsabilidade.
- Ⓒ Anualmente, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte pelo prazo de sessenta dias, para apreciação e exame.
- Ⓓ A criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais depende de prévia autorização legislativa municipal.

**QUESTÃO 47**

Acerca das finanças municipais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Lei Orçamentária Anual orientará a elaboração da LDO e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- Ⓑ É lícita a transposição de recursos de um órgão para outro, desde que haja parecer jurídico da procuradoria municipal em sentido favorável e sancionado pelo prefeito.
- Ⓒ O prefeito terá de enviar ao Poder Legislativo municipal os projetos de lei dos orçamentos anuais até o dia dois de maio de cada ano.
- Ⓓ O Poder Legislativo municipal poderá adotar como projeto de lei orçamentária a lei de orçamento em vigor, no caso de o prefeito não enviar o projeto de orçamento anual no prazo legal.

**QUESTÃO 48**

Quanto aos bens municipais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Depende de autorização legislativa e de concorrência pública a concessão administrativa de bens públicos de uso especial e dominiais.
- Ⓑ As terras devolutas localizadas nos limites do território da entidade municipal pertencem à União.
- Ⓒ Compete à câmara municipal a administração dos bens imóveis de propriedade do município.
- Ⓓ É lícita a outorga de concessão de direito real de uso dos bens imóveis municipais mediante prévia avaliação pericial.

**QUESTÃO 49**

Acerca dos poderes constituídos do município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ No exercício do controle externo, a Câmara Municipal é auxiliada pelo Tribunal de Contas do Município.
- Ⓑ A concessão de anistia fiscal será outorgada pela Câmara Municipal, com a sanção do prefeito.
- Ⓒ Constitui competência exclusiva da Câmara Municipal a aprovação de ato de concessão ou permissão de serviço público.
- Ⓓ A Câmara Municipal de Natal é composta por 25 vereadores, eleitos entre os cidadãos com mais de 21 anos de idade.

**QUESTÃO 50**

Acerca da Procuradoria Geral do Município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compõem o Conselho de Procuradores o procurador geral do município e quatro membros eleitos entre os procuradores municipais ou estaduais em exercício e com domicílio no município, com mandato de 2 anos.
- Ⓑ A eleição para o Conselho de Procuradores realiza-se no dia dez de dezembro de cada biênio, sendo vedada a reeleição.
- Ⓒ Apenas os procuradores com mais de três anos no exercício do cargo são elegíveis para o Conselho de Procuradores.
- Ⓓ Constitui atribuição do Conselho de Procuradores compendiar a jurisprudência administrativa da Procuradoria Geral do Município.

**QUESTÃO 51**

Acerca do Código Tributário do Município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A representação contra ato contrário à legislação tributária municipal deve ser feita mediante instrumento formal.
- Ⓑ O contribuinte dispõe do prazo de vinte dias para apresentar defesa contra lançamento tributário, sob pena de intempestividade.
- Ⓒ É lícita a lavratura de auto de infração, na primeira fiscalização, na hipótese de o contribuinte não se encontrar regularmente inscrito.
- Ⓓ Após a lavratura do auto de infração, o servidor público competente terá de apresentá-lo à Secretaria Municipal de Finanças no prazo de dez dias.

**QUESTÃO 52**

Assinale a opção correta quanto ao Plano Diretor do Município de Natal.

- Ⓐ No parcelamento do solo aprovado pelo município, constitui lote padrão aquele que não foi executado conforme projeto licenciado.
- Ⓑ O coeficiente de aproveitamento básico é o coeficiente de aproveitamento do solo para todos os terrenos estabelecidos no território do município.
- Ⓒ O Conselho da Cidade de Natal, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, é presidido pelo presidente da Câmara Municipal.
- Ⓓ São atribuições do Conselho da Cidade de Natal a coordenação e elaboração do Plano Diretor e suas revisões.

**QUESTÃO 53**

Assinale a opção correta acerca do regime jurídico dos servidores públicos municipais.

- Ⓐ O período em que o servidor estiver afastado por motivo de casamento, por até oito dias a contar do ato civil, é considerado de efetivo exercício.
- Ⓑ Não é computado, para efeito de aposentadoria, o tempo de trabalho prestado em instituição de caráter privado, ainda que a instituição tenha sido transformada em estabelecimento de serviço público.
- Ⓒ Os servidores que contarem com mais de cinco anos de efetivo exercício têm direito a férias prêmio, pelo período de noventa dias.
- Ⓓ Por encerrarem um favor legal, as férias prêmio não podem ser fracionadas.

**QUESTÃO 54**

Ainda a respeito do regime jurídico dos servidores públicos municipais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O servidor que comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos perderá um terço do vencimento.
- Ⓑ A licença sem vencimentos, para o trato de interesses particulares, é concedida pelo prazo máximo de três anos.
- Ⓒ O prefeito tem competência para cassar a licença sem vencimentos concedida a servidor e, nesse caso, o servidor deverá retornar à atividade no prazo máximo de 48 horas.
- Ⓓ O servidor público municipal licenciado para tratamento de saúde perceberá vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

**QUESTÃO 55**

Acerca do regime próprio de previdência dos servidores públicos do município de Natal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O órgão gestor previdenciário não pode efetuar qualquer desconto da renda mensal do beneficiário.
- Ⓑ A lei define remuneração como sendo a soma do vencimento mais todas as vantagens percebidas pelo servidor em atividade funcional.
- Ⓒ Todos os servidores públicos comissionados são excluídos do regime próprio de previdência dos servidores públicos do município de Natal.
- Ⓓ A aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será deferida ao servidor que contar com mais de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e mais de sessenta e cinco anos de idade.

**QUESTÃO 56**

A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos enuncia que a água é um bem de domínio público. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Como a água é um dos elementos do meio ambiente, aplica-se a ela o enunciado da CF que qualifica o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo.
- Ⓑ A água é um bem dominical do poder público e sua outorga implica a sua alienação parcial, para que seja exercido o direito de uso.
- Ⓒ Os recursos hídricos abrangem as águas superficiais — aquelas que são encontradas na superfície da terra (fluente, emergente e em depósito) —, mas não, as águas subterrâneas, que são as águas originadas do interior do solo (lençol freático).
- Ⓓ As águas pluviais, que procedem imediatamente das chuvas, pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, sendo, no entanto, vetado o seu armazenamento, salvo se caírem em lugares ou terrenos públicos de uso comum.

**QUESTÃO 57**

A Política Nacional de Recursos Hídricos assegura que a gestão de água no Brasil seja feita de maneira democrática, participativa e descentralizada, sendo que os comitês de bacia representam o *locus* privilegiado de concretização de tais princípios. Esses comitês são compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade e suas atribuições abrangem

- Ⓐ a elaboração e a aprovação do plano de gerenciamento estratégico das águas servidas dentro das unidades habitacionais localizadas nas zonas de especial interesse social, bem como a definição e a regulamentação dos padrões de lançamento dos efluentes industriais e das determinações técnicas para a fabricação das fossas assépticas e dos sumidouros.
- Ⓑ a elaboração e a aprovação do plano de bacias e a arbitragem de conflitos no uso das águas.
- Ⓒ o estabelecimento de medidas socioeducativas para os menores infratores envolvidos na prática de crimes ambientais dos quais decorram danos aos aquíferos e reservatórios públicos.
- Ⓓ a construção de aquedutos, sistemas integrados de saneamento básico e reservatórios públicos, bem como a manutenção, a reparação e a ampliação das redes de abastecimento de água e a realização de estudos técnicos e científicos sobre a precipitação pluviométrica nas nascentes dos rios.

**QUESTÃO 58**

A CF dispõe que o meio ambiente não se limita apenas ao conjunto formado por solo, água, ar atmosférico, flora e fauna, mas envolve também todos os elementos responsáveis pelo equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que estes vivem, formando o meio ambiente natural. A CF ainda define

- I o meio ambiente cultural, composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico e científico e pelas sínteses culturais que integram o universo das práticas sociais das relações de intercâmbio entre o homem e a natureza.
- II o meio ambiente artificial, constituído de edificações, equipamentos, rodovias e demais elementos que formam o espaço urbano.
- III o meio ambiente do trabalho, formado pelo conjunto dos bens, instrumentos, interações antrópico-societárias de natureza material e imaterial a partir das quais o proletariado exerce as suas atividades laborais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 59**

No que concerne ao Estatuto da Cidade, assinale a opção correta.

- A O Estatuto da Cidade é uma lei nacional de desenvolvimento urbano, exigida internacionalmente, e que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pelos municípios exclusivamente.
- B Segundo o texto constitucional, o plano diretor é o instrumento básico, de âmbito regional, referente ao desenvolvimento e à expansão das cidades, e sua elaboração é atribuição dos estados.
- C O plano diretor deve estabelecer diretrizes referentes a circulação, habitação, patrimônio histórico e genético e meio ambiente, bem como a outros aspectos relacionados com o desenvolvimento das cidades, como política educacional, taxa de mortalidade infantil e controle da natalidade.
- D O Estatuto da Cidade é uma lei federal exigida constitucionalmente que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, pelos estados e, especialmente, pelos municípios.

**QUESTÃO 60**

O plano diretor deve definir os critérios para a utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade. Esses critérios incluem os relativos a

- A processo administrativo, parcerias público-privadas, concessão de licenças ambientais e alteração dos padrões de qualidade ambiental.
- B outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir e zonas especiais de interesse social.
- C outorga do direito de ocupação, licenciamento para a exploração dos recursos minerais, consórcios interestaduais, transferência de titulação do direito de propriedade rural e concessão de benefícios fiscais a associações de moradores.
- D parcelamento do espaço aéreo, classificação das águas, localização dos sítios Ramsar e separação, coleta e processamento de material reciclável.

**QUESTÃO 61**

De acordo com as diretrizes expressas no Estatuto da Cidade, no que se refere ao plano diretor, é essencial

- A a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões.
- B a participação das organizações não-governamentais internacionais que atuam na defesa do meio ambiente no diagnóstico dos problemas socioambientais, no plano de manejo sustentável da reserva da biosfera, na criação das estações ecológicas, nos programas de reversão do superaquecimento global e na gestão das bacias hidrográficas.
- C o engajamento da sociedade civil organizada e do movimento sindical na determinação da localização das zonas especiais de interesse social e na organização do acesso aos equipamentos públicos, bem como na escolha dos veículos utilizados no transporte dos portadores de necessidades especiais.
- D o apoio dos partidos políticos, das agências de fomento, dos organismos internacionais e dos órgãos de segurança pública.

**QUESTÃO 62**

A finalidade da unidade de conservação do tipo reserva biológica é

- Ⓐ a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- Ⓑ o acolhimento de populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- Ⓒ o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, além da pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- Ⓓ a proteção de ambientes naturais onde se assegurem condições para a existência ou a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

**QUESTÃO 63**

De acordo com a Resolução n.º 237/1997 do CONAMA, licenciamento ambiental é o procedimento

- Ⓐ político e econômico pelo qual o órgão ambiental estadual licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos industriais utilizadores de recursos ambientais não-renováveis, considerados efetivamente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental do ciclo reprodutivo da fauna local.
- Ⓑ político pelo qual o órgão ambiental municipal licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos comerciais utilizadores de recursos ambientais e considerados efetivamente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental dos ativos ambientais de terceira e quarta gerações.
- Ⓒ econômico pelo qual o CONAMA licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de ativos naturais considerados efetiva ou potencialmente degradadores da qualidade de vida das populações de baixa renda ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar a defenestração ambiental dos elementos bióticos e abióticos dos ecossistemas nativos.
- Ⓓ administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados, efetiva ou potencialmente, poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

**QUESTÃO 64**

Segundo a Lei de Crimes Ambientais, são circunstâncias que atenuam a pena, no caso de condenação por crime ambiental,

- Ⓐ o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente e reincidência nos crimes de natureza ambiental manifestada pela espontânea reparação do dano ou pela limitação significativa da degradação ambiental causada.
- Ⓑ o arrependimento do infrator e a colaboração com os agentes encarregados da vigilância sanitária e do controle de zoonoses.
- Ⓒ o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente, o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada, bem como a comunicação prévia pelo agente, do perigo iminente de degradação ambiental e a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- Ⓓ a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental e limitação significativa da poluição ambiental causada por dano recorrente de devastação ambiental.

**QUESTÃO 65**

Vagner, proprietário de uma casa, conferiu a Gilmar o usufruto desta e estabeleceu que esse direito seria exercido durante cinco anos. Passados dois anos, fortes chuvas provocaram a enchente de um rio próximo à casa, que, assim como a maioria das casas vizinhas, acabou desabando completamente.

Com respeito à situação hipotética acima e considerando o que prescreve o Código Civil quanto ao usufruto de bens imóveis, assinale a opção correta.

- Ⓐ O usufruto estabelecido por termo certo obriga o proprietário a garantir a posse e o uso regular do bem imóvel gravado durante o prazo fixado, de modo que Vagner deverá reconstruir a casa.
- Ⓑ Caberá ao usufrutuário reconstruir a casa, já que a ruína ocorreu durante o prazo estabelecido para o exercício do seu direito de usufruto do imóvel.
- Ⓒ Comprovada a ausência de culpa do proprietário pela ruína da casa em questão, ele não é obrigado a reconstruí-la, mas se o fizer no prazo estabelecido para o usufruto, o direito do usufrutuário se restabelecerá.
- Ⓓ Se a casa estiver segurada e a indenização do seguro for aplicada na sua reconstrução, o direito do usufrutuário se restabelecerá, porque a este incumbe pagar as contribuições do seguro durante o exercício de seu direito.

**QUESTÃO 66**

Paulo, proprietário de um imóvel, constituiu Henrique como seu procurador para a venda do bem. Henrique, por falta de tempo disponível para tratar com os interessados em comprar o imóvel em questão, substabeleceu seus poderes para Mônica, que passou a negociar esse imóvel. Passado um mês, Henrique foi beneficiado por uma herança e procurou Mônica para adquirir o imóvel de Paulo.

Considerando a situação hipotética apresentada acima e as disposições do Código Civil acerca do assunto, é correto afirmar que a venda do imóvel a Henrique

- Ⓐ seria nula de pleno direito, por tratar-se de negócio jurídico celebrado consigo mesmo.
- Ⓑ seria plenamente válida, porque, diante do silêncio de Paulo, presume-se que este tenha permitido o autocontrato por Henrique.
- Ⓒ poderia ser anulada por Paulo, por tratar-se de negócio jurídico celebrado por Henrique consigo mesmo, por intermédio de substabelecimento.
- Ⓓ seria perfeitamente válida, porque os poderes de representação constituídos a Henrique foram substabelecidos a Mônica.

**QUESTÃO 67**

Com relação ao instituto da prescrição no atual Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prescrição suspensa em favor de um dos credores solidários aproveitará aos outros, uma vez que a solidariedade impõe a todos a totalidade da prestação.
- Ⓑ Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, fica interrompida a prescrição até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime.
- Ⓒ A interrupção da prescrição por um dos credores não aproveitará aos outros, ressalvando-se o caso de serem credores solidários.
- Ⓓ As partes poderão, desde que mediante mútuo acordo, diminuir os prazos prescricionais previstos no código citado, já que as normas que regulam a prescrição são consideradas dispositivas.

**QUESTÃO 68**

Rosa foi denunciada sob a acusação de ter causado lesões corporais graves em Carla. Após instrução processual, o juiz concluiu que Rosa não tinha sido a autora das lesões sofridas por Carla e proferiu sentença absolutória, a qual transitou em julgado após percorrer todas as esferas recursais. Carla, de posse da certidão de trânsito em julgado e considerando que os danos sofridos a impediam de exercer sua profissão, ajuizou ação civil ordinária, pedindo a condenação de Rosa pelos danos materiais decorrentes das lesões sofridas.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz das disposições legais no que se refere à responsabilidade civil.

- Ⓐ Não há possibilidade de Carla obter êxito na ação ordinária que visa à condenação de Rosa à indenização por danos materiais, por que não se pode questionar a negativa de autoria reconhecida no juízo criminal.
- Ⓑ Conforme disposição legal, são independentes as esferas civil e criminal, de forma que, a depender das provas trazidas aos autos, há possibilidade de Carla obter a condenação de Rosa ao pagamento dos danos materiais.
- Ⓒ Não há possibilidade de Carla voltar a discutir a questão no juízo cível porque a decisão no juízo criminal, onde se persegue a verdade real, sempre vincula a solução possível no juízo cível.
- Ⓓ Carla poderá obter êxito na ação cível, já que, de acordo com a lei, apenas a decisão acerca da inexistência do fato impede novo questionamento.

**QUESTÃO 69**

Carla-ME — empresa de confecção de roupas — adquiriu da Loja Pluma certa quantidade de tecidos, no valor de R\$ 300,00, para pagar, mediante carnê de pagamento, em 3 prestações de R\$ 100,00, com vencimentos para 10 de maio, 10 de junho e 10 de julho, respectivamente. No dia 5 de julho, recebeu citação para responder ação de cobrança que lhe moveu a Loja Pluma, sob a alegação de que havia ocorrido atraso no pagamento da prestação vencida em 1.º de julho. A empresa não pagou essa prestação e apresentou defesa contra a Loja Pluma, que, após tomar conhecimento desta, verificou que havia se equivocado na cobrança e desistiu da ação impetrada.

A partir dessa situação hipotética e considerando o disposto no Código Civil acerca da obrigação de indenizar, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Loja Pluma será obrigada a esperar o tempo que faltava para o vencimento da referida prestação e a descontar os juros correspondentes, além de pagar as custas em dobro.
- Ⓑ Ainda que a cobrança tivesse sido realizada por meio extrajudicial, a empresa Carla-ME teria direito a exigir que a Loja Pluma esperasse o tempo restante para o vencimento da prestação e descontasse os correspondentes juros cobrados.
- Ⓒ A Loja Pluma, por ter promovido a demanda devido a equívoco de sua parte, terá de pagar à empresa Carla-ME o dobro do que houver cobrado indevidamente.
- Ⓓ O pedido de desistência da ação, mesmo depois de apresentada a contestação, exime a Loja Pluma de pagar as custas em dobro.

**QUESTÃO 70**

Com relação aos bens na disciplina do Código Civil vigente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Classificam-se como divisíveis os bens que se podem fracionar sem alteração na sua substância, ou prejuízo do uso a que se destinam, sem que se considere a eventual diminuição do valor.
- Ⓑ Ainda que não estejam separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- Ⓒ A fungibilidade dos bens móveis depende da correspondência exata do valor entre os objetos considerados, sem que haja necessidade de serem da mesma espécie.
- Ⓓ Por ser da natureza do bem, uma coisa que é divisível não pode ser tornada indivisível pela vontade das partes.

**QUESTÃO 71**

Acerca dos princípios fundamentais norteadores do Código Civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A regra segundo a qual os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé diz respeito à boa-fé subjetiva.
- Ⓑ O atual Código Civil, em coerência com o Código Civil anterior, manteve a prevalência da autonomia da vontade ante a preservação da função social na formação dos contratos.
- Ⓒ Um dos exemplos da operabilidade adotada como valor essencial na elaboração do Código Civil vigente é a distinção precisa dos institutos da prescrição e da decadência.
- Ⓓ No atual Código Civil, não há regra que tome em consideração a natureza social da posse ou da propriedade, tendo sido reservada à CF a referência a essa natureza de tais institutos.

**QUESTÃO 72**

Supondo que três indivíduos pretendam constituir sociedade limitada para prestação de serviços médicos. Segundo norma do Código Civil, quanto à administração dessa sociedade, é correto afirmar que,

- Ⓐ se esses três indivíduos pretenderem que a sociedade seja administrada por não-sócio, eles deverão designar o administrador no contrato social, pois a designação em ato separado é exclusiva para sócio.
- Ⓑ se os três estipularem que a sociedade terá mais de um administrador, um deles deverá ser necessariamente um sócio.
- Ⓒ no caso de o contrato permitir administradores não-sócios, a designação destes dependerá sempre da aprovação unânime dos sócios.
- Ⓓ se a administração for atribuída, no contrato, a todos os sócios, não se estenderá de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

**QUESTÃO 73**

Heitor, empresário, casado com Luciana sob o regime de comunhão parcial de bens, vendo-se em situação financeira delicada, haja vista que não possuía dinheiro suficiente para pagar seus fornecedores, decidiu vender um dos imóveis do patrimônio da empresa.

A partir da situação hipotética apresentada e de acordo com o disposto no Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Heitor necessitará de outorga conjugal para promover a venda do bem, por que o negócio envolverá a alienação de imóvel.
- Ⓑ Heitor somente poderia alienar o imóvel sem necessidade de outorga conjugal se fosse casado no regime da separação de bens.
- Ⓒ Independentemente do regime de bens do casamento, Heitor pode promover a alienação do imóvel da empresa sem outorga judicial.
- Ⓓ Caso fique provado que a alienação do imóvel será realizada em benefício do casal, a eventual discordância da esposa de Heitor com relação à venda do referido imóvel preserva a este a possibilidade de requerer o suprimento judicial da outorga.

**QUESTÃO 74**

Paulo adquiriu de André um automóvel, para pagar em 10 prestações. Como Paulo pagou 9 prestações e deixou de pagar a última, alegando ter encontrado defeito oculto no automóvel, André ajuizou ação em face de Paulo para reaver o bem alienado. No curso da demanda, Paulo vendeu o automóvel a Rui.

Com relação à situação hipotética apresentada e à luz do que estabelece o CPC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Paulo deverá promover a nomeação à autoria de Rui, uma vez que este adquiriu a coisa litigiosa.
- Ⓑ O remédio processual adequado à defesa dos direitos de Rui é a promoção da sua denunciação à lide, porquanto poderá perder o automóvel caso a decisão seja favorável a André.
- Ⓒ O resultado da ação movida por André contra Paulo não afetará Rui, pois a sentença decorrente dessa ação só produz efeitos entre as partes, André e Paulo.
- Ⓓ Rui, caso não seja admitido como parte da ação em questão, poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial de Paulo, para proteger os próprios interesses.

**QUESTÃO 75**

Em ação ordinária, foi proferida sentença que condenou Pedro a pagar a Maria R\$ 5.000,00 a título de danos materiais e R\$ 2.000,00 a título de danos morais. Pedro, inconformado, interpôs apelação. O tribunal, por maioria de votos, deu parcial provimento à apelação, mantendo apenas a condenação ao ressarcimento dos danos materiais.

Nessa situação hipotética, caso Maria queira recorrer da decisão do tribunal, seu advogado deverá

- A interpor agravo interno.
- B interpor embargos infringentes.
- C interpor nova apelação.
- D pedir ao colegiado que reconsidere a decisão, antes de interpor qualquer recurso.

**QUESTÃO 76**

Carla ajuizou contra Jorge ação ordinária para pleitear a condenação deste ao pagamento de R\$ 5.000,00, valor da cláusula penal devida pela inexecução de contrato firmado para compra e venda de safra futura, além das correspondentes perdas e danos que entendeu ter suportado. Jorge apresentou sua contestação, e, encerrada a instrução processual, foram os autos conclusos para sentença. Carla, antes de proferida a sentença, apresentou petição para requerer a exclusão do pedido atinente às perdas e danos, por entender que não conseguiu provar a ocorrência de prejuízo.

À luz do CPC, assinale a opção correta acerca dessa ação judicial hipotética.

- A Não é possível a pretendida alteração do pedido de Carla, na fase processual dessa ação, uma vez que já ocorreu o saneamento do processo.
- B A petição para requerer a exclusão do pedido referente a perdas e danos poderá ser deferida pelo juiz se houver expressa concordância de Jorge, uma vez que já houve a citação deste.
- C Considerando que a alteração do pedido é favorável ao réu, o juiz deverá deferir o requerimento.
- D Na fase processual descrita somente poderia ocorrer alteração na causa de pedir.

**QUESTÃO 77**

Ricardo ajuizou ação ordinária contra o município de que era servidor para pleitear o pagamento de gratificação que lhe havia sido negada administrativamente. Após a contestação e a posterior instrução do processo, o juiz, entendendo que era devida a gratificação, proferiu sentença condenando o município a pagar, retroativamente, os valores da gratificação a Ricardo. Transitada em julgado a sentença, Ricardo promoveu a sua execução, no decurso da qual, o município verificou que o cálculo do crédito contra a fazenda pública estava incorreto, pois havia resultado em quantia superior à devida.

Com referência à situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta à luz das normas do CPC.

- A O município estará sujeito a multa se não efetuar o pagamento a Ricardo no prazo de 15 dias.
- B Já que os cálculos de liquidação apresentam incorreção, o município deverá interpor embargos à execução.
- C O município deverá aguardar manifestação do presidente do tribunal quanto ao pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor, para, então, manejar o recurso cabível, haja vista que matéria de defesa já foi deduzida no processo originário.
- D Caso pretenda deduzir matéria relacionada à nulidade do processo ou excesso de execução, o município deverá apresentar impugnação no prazo de 10 dias da intimação da penhora.

**QUESTÃO 78**

Em ação sob o rito ordinário movida pelo espólio de Vítor contra determinado município, citado o réu, o procurador municipal observou que o autor estava representado por inventariante dativo.

Nessa situação hipotética, assinale a opção correta quanto à representação processual.

- A O inventariante representa o espólio, de modo que nada poderá ser observado acerca da representação processual do autor.
- B Deverá o réu apontar a existência de defeito de representação, sob pena de ocorrer a preclusão.
- C Deverá o réu verificar se a ação trata de matéria considerada de alta indagação pelo juiz condutor do inventário, caso em que o inventariante dativo pode representar o espólio em juízo.
- D Na hipótese apresentada, ocorre vício de representação processual, situação que deve ser alegada pelo réu em preliminar.

**QUESTÃO 79**

Empresa condenada a ressarcir os cofres públicos por dano na execução de contrato assinado com município interpôs recurso extraordinário contra a decisão do tribunal de justiça que confirmou a decisão de primeiro grau. Pendente o juízo de admissibilidade e diante da prova cabal da dilapidação do patrimônio que garantiria a dívida, a procuradoria municipal resolveu requerer medida cautelar, objetivando a vedação da prática de determinados atos de disposição patrimonial pela empresa.

Considerando a situação hipotética relatada, assinale a opção correta quanto à competência para apreciar o pedido cautelar.

- Ⓐ Enquanto estiver pendente o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, caberá ao presidente do tribunal de origem a competência para decidir a medida cautelar.
- Ⓑ Interposto o recurso extraordinário, a competência para decidir qualquer medida referente ao processo será do ministro relator desse recurso no STF.
- Ⓒ A competência para apreciar a medida cautelar em processo sob exame do STF caberá sempre ao presidente do tribunal de origem, uma vez que aquela corte tem competência exclusiva para julgar a matéria constitucional.
- Ⓓ As medidas cautelares incidentes serão requeridas ao juiz da causa, independentemente da interposição de recurso, cabendo apenas a comunicação do ajuizamento da cautelar ao tribunal competente.

**QUESTÃO 80**

Instaurado processo executivo fiscal, o executado opôs-lhe embargos, no prazo legal, apontando a existência de vício insanável no título da dívida ativa em que se baseava a execução. Ao avaliar o caso, o procurador municipal reconheceu a existência do vício, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa e extinta a execução fiscal. Nessa situação, quanto aos encargos da sucumbência, assinale a opção correta.

- Ⓐ O município não deverá arcar com qualquer ônus da sucumbência, pois a Lei de Execução Fiscal determina que o cancelamento da inscrição importa isenção de ônus para as partes.
- Ⓑ Após o oferecimento de embargos pelo executado, a desistência da execução fiscal não exime o exequente dos encargos da sucumbência.
- Ⓒ O município arcará com os ônus da sucumbência apenas se a tese levantada nos embargos tiver sido o motivo para o cancelamento administrativo da inscrição na dívida ativa.
- Ⓓ Por contar com isenção das custas processuais, o município reembolsará apenas as despesas com os honorários advocatícios, mas não as custas adiantadas pelo embargante.

**QUESTÃO 81**

A disciplina legal das provas no CPC estabelece disposições gerais acerca da matéria. Considerando essa disciplina, assinale a opção correta.

- Ⓐ A confissão do administrador público quanto à culpa da administração pela falta do serviço torna desnecessária a produção de outras provas nesse sentido.
- Ⓑ Ao autor cabe provar a ausência de fato extintivo de seu direito, cabendo ao réu a prova dos fatos impeditivos e modificativos.
- Ⓒ Prevalece a convenção que desonera o autor de provar o fato constitutivo de seu direito, mesmo que isso imponha ao réu ônus excessivamente difícil.
- Ⓓ Se o fato alegado pela parte for de conhecimento geral da sociedade no tempo e no local em que a ação é proposta, não é necessária a prova de sua existência.

**QUESTÃO 82**

Em ação sob rito ordinário, o município apresentou defesa no prazo legal e requereu que fosse determinada ao autor a exibição de documentos que estariam em sua posse. Acolhido o requerimento, o juiz conferiu ao autor prazo de 5 dias para que exibisse tais documentos. Ao fim do prazo conferido, o procurador do autor peticionou para requerer a fixação de outro prazo para cumprimento da ordem, sob o argumento de que seu cliente estivera hospitalizado na semana anterior, e juntou ao pedido o atestado da internação.

Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina legal dos prazos prevista no CPC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Decorrido o prazo estabelecido pelo juiz, extinguiu-se a possibilidade de a parte praticar o ato determinado, independentemente da apresentação de qualquer justificativa.
- Ⓑ A devolução do prazo dependerá da anuência do município, que deverá ser intimado para manifestar-se fundamentadamente a respeito do pedido do autor.
- Ⓒ Verificado pelo juiz que a internação hospitalar configura justa causa para o descumprimento da ordem, novo prazo será assinalado para a exibição dos referidos documentos.
- Ⓓ Por tratar-se de prazo estabelecido para a prática de ato favorável ao próprio interesse, o autor poderá requerer a dilação sem apresentar justificativa alguma.

**QUESTÃO 83**

De acordo com a CF, a natureza jurídica dos sindicatos é de pessoa jurídica de

- A direito privado.
- B direito público.
- C direito social.
- D natureza semipública.

**QUESTÃO 84**

Com relação ao direito do trabalho, assinale a opção correta.

- A Seu estudo abrange qualquer modalidade de trabalho.
- B Qualquer trabalhador é amparado pelo direito do trabalho, no que se inclui o religioso, o funcionário público e o autônomo.
- C Estuda as medidas de proteção do trabalho exercidas pelos trabalhadores e empregadores.
- D Limita-se às medidas de proteção da relação de trabalho subordinado.

**QUESTÃO 85**

Quanto à prova das horas extraordinárias de trabalho na reclamação trabalhista, assinale a opção correta.

- A Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador e que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, cabendo ao reclamante demonstrar as horas extras que alega ter prestado.
- B O ônus da prova, quanto às horas extras de trabalho, será sempre do empregado.
- C Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não servem como meio de prova para demonstrar as horas extras prestadas por este, de modo que se inverte o ônus da prova, que passa a ser do reclamado.
- D Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, mas não eximem o reclamante de demonstrar que prestou horas extras.

**QUESTÃO 86**

Quanto às convenções e aos acordos coletivos de trabalho, assinale a opção correta.

- A Os acordos coletivos são pactos firmados entre uma ou mais empresas e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional.
- B A convenção coletiva é modalidade de acordo de caráter normativo, firmado pelos sindicatos de empregados entre si.
- C Os sindicatos não precisam participar das negociações coletivas de trabalho.
- D O dissídio coletivo de natureza econômica poderá ser ajuizado por qualquer das partes, sem a prévia concordância da outra, quando uma delas se recusar à negociação coletiva ou arbitragem.

**QUESTÃO 87**

O prazo prescricional para reclamar o não-recolhimento do FGTS é de

- A dois anos, a contar do fim do contrato de trabalho, podendo o interessado reclamar os últimos cinco anos.
- B cinco anos, por ter o FGTS a natureza jurídica de tributo.
- C dois anos a contar do fim do contrato de trabalho, podendo o interessado reclamar os últimos trinta anos.
- D dez anos, por ter o FGTS a natureza jurídica de contribuição previdenciária.

**QUESTÃO 88**

No caso de nulidade de contratação do empregado, por ausência de prévia aprovação em concurso público, esse empregado tem direito a receber, com relação ao período em que trabalhou, o salário acordado entre empregador e empregado,

- A bem como os valores referentes aos depósitos do FGTS, somente.
- B os valores referentes aos depósitos do FGTS e a multa indenizatória de 40% sobre o FGTS.
- C os valores referentes aos depósitos do FGTS e a anotação da CTPS.
- D os valores referentes aos depósitos do FGTS, o aviso prévio, o décimo terceiro salário, as férias proporcionais, o depósito e multa de 40% do FGTS, mas não se reconhece o vínculo de emprego.

**QUESTÃO 89**

Assinale a opção correta com relação ao contrato individual de trabalho por prazo determinado.

- A** No contrato de experiência, é incabível aviso prévio quando sua rescisão for antecipada.
- B** O contrato de experiência pode ser prorrogado, desde que respeitado o limite máximo de 90 dias.
- C** O contrato por tempo determinado não poderá exceder um ano, sendo possível uma única prorrogação.
- D** O contrato por tempo determinado poderá ser prorrogado mais de uma vez, desde que não exceda dois anos.

**QUESTÃO 90**

A respeito da comissão de conciliação prévia, assinale a opção correta.

- A** O prazo prescricional para propor ação trabalhista é suspenso a partir da provocação da comissão em pauta.
- B** O prazo para realizar a sessão de tentativa de conciliação é de cinco dias, a contar da provocação do interessado.
- C** A comissão de conciliação mencionada é composta unicamente por representantes dos empregados.
- D** O mandato dos membros da comissão em apreço é de dois anos, não sendo permitida recondução.

**QUESTÃO 91**

O salário-família

- A** é devido ao segurado que tiver filho menor de 16 anos.
- B** é pago ao empregado doméstico.
- C** é pago em razão do dependente de trabalhador de baixa renda.
- D** é devido ao segurado que tiver filho inválido até este completar 20 anos de idade.

**QUESTÃO 92**

O inquérito de apuração de falta grave é ação que busca rescindir o contrato de trabalho do empregado

- A** estável que praticou ato incompatível com sua atividade profissional, independentemente de enquadrar-se esse ato como justa causa.
- B** estável que praticou ato enquadrado como justa causa.
- C** não-estável, quando o empregador deseja, antes da rescisão, apurar a prática de falta grave.
- D** não-estável, quando o empregador deseja, antes da rescisão, suspendê-lo de suas funções, para apurar conduta de descumprimento de deveres e obrigações contratuais.

**QUESTÃO 93**

Assinale a opção correta quanto ao atual entendimento do TST acerca do recurso prematuro.

- A** A apresentação do referido recurso, mesmo sendo considerada intempestiva, interrompe o prazo de interposição de outros recursos.
- B** O prazo recursal começa a fluir a partir do momento em que, tendo sido juntado aos autos o acórdão, a parte interessada dele toma conhecimento.
- C** A parte não precisa aguardar a publicação de decisão para que possa tomar conhecimento do seu teor e apresente recurso refutando os argumentos nela constantes, sendo este considerado fundamentado e apto a ser conhecido.
- D** Antes da publicação, a decisão não é considerada perfeita, mesmo quando a parte toma dela conhecimento sem ter havido ainda a intimação, pois a decisão inexistente juridicamente devido à ausência de comunicação formal.

**QUESTÃO 94**

Com relação ao atual entendimento do TST no que se refere à remessa obrigatória, assinale a opção correta.

- A** No caso de julgamento, pelo TRT, de remessa, de ofício, desse julgamento é cabível recurso de revista apresentado por ente público, mesmo quando não tenha havido recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância e, na segunda instância, a condenação tenha sido agravada.
- B** É cabível recurso de revista do processo remetido, de ofício, ao TRT, que veio a manter integralmente a sentença do juiz, não havendo que se falar em preclusão do direito de recorrer, em especial quando se trata de matéria de ordem pública.
- C** Não supre a omissão da parte que deixou de interpor recurso ordinário dentro do prazo da lei nem tem natureza recursal.
- D** A remessa retira da parte o ônus processual de recorrer da sentença, possibilitando, em outra oportunidade, que a parte interponha recurso de revista contra o acórdão prolatado pelo TRT.

**QUESTÃO 95**

As hipóteses de cabimento de embargos, para a seção de dissídios individuais, de decisão de turma proferida em agravo incluem

- Ⓐ a decisão que não conheça de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos intrínsecos.
- Ⓑ a impugnação à imposição de multas processuais previstas no art. 538, parágrafo único, ou no art. 557, § 2.º, ambos do CPC.
- Ⓒ o pedido de revisão dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência tenha sido declarada originariamente pela turma no julgamento do agravo.
- Ⓓ a decisão que não conheça de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos intrínsecos e extrínsecos.

**QUESTÃO 96**

Quanto às condições de validade do mandato e do substabelecimento conferidos ao advogado, assinale a opção correta segundo entendimento do TST.

- Ⓐ A partir da lavratura de instrumento público e, portanto, antes de este ser juntado aos autos, entende-se como ocorrida a revogação dos poderes outorgados ao advogado em mandato anterior.
- Ⓑ A nova procuração, outorgada por uma das partes e juntada aos autos pela outra, implica revogação tácita do mandato anterior, pois demonstra a pretensão do outorgante em mudar a representação quanto ao advogado antes constituído.
- Ⓒ O substabelecimento de poderes, quando não houve, no mandato antes outorgado, autorização expressa para substabelecer, torna inválidos os atos praticados pelo advogado que sucede na causa.
- Ⓓ A juntada de nova procuração, outorgada pela parte e por ela juntada aos autos, sem ressalva quanto aos poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.

**QUESTÃO 97**

Quanto aos recursos trabalhistas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente é admissível recurso adesivo no processo do trabalho se a matéria nele veiculada estiver relacionada com a do recurso principal, antes interposto pela parte contrária.
- Ⓑ Na justiça do trabalho, as decisões interlocutórias não possibilitam, em regra, recurso imediato.
- Ⓒ Da decisão do TRT que denegar mandado de segurança cabe recurso ordinário, dirigido ao TST, no prazo de quinze dias.
- Ⓓ Do acórdão do TRT que julgar agravo de instrumento cabe recurso de revista para o TST.

**QUESTÃO 98**

Assinale a opção correta, segundo a posição atual do TST, quanto à denunciação da lide no processo do trabalho.

- Ⓐ Por ser considerada incompatível com o interesse do trabalhador na celeridade processual, a referida denunciação continua não sendo admitida, mesmo após a ampliação da competência da justiça do trabalho pela EC n.º 45/2004.
- Ⓑ A denunciação em apreço era admitida desde antes do advento da EC n.º 45/2004 e continua sendo possível sua aplicação, desde que sejam considerados o interesse do trabalhador na celeridade processual e a competência da justiça do trabalho para apreciar a controvérsia surgida entre o denunciante e o denunciado.
- Ⓒ A admissão da denunciação em pauta está limitada às lides entre trabalhadores e empregadores, não tendo a EC n.º 45/2004 possibilitado sua aplicação nas ações entre pessoas jurídicas.
- Ⓓ É possível, em tese, a aplicação da denunciação mencionada, após o advento da EC n.º 45/2004, devido à ampliação da competência da justiça do trabalho, mas devem ser observados o interesse do trabalhador na celeridade processual e a competência da justiça do trabalho para apreciar a controvérsia surgida entre o denunciante e o denunciado.

**QUESTÃO 99**

Quanto à testemunha nos processos trabalhistas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O simples fato de estar a testemunha litigando ou ter litigado contra o mesmo empregador não a torna suspeita.
- Ⓑ É suspeita a testemunha que litiga contra o mesmo empregador, na hipótese de o objeto e os fatos das demandas serem diversos, por conta do interesse no litígio.
- Ⓒ O depoimento da testemunha suspeita, por ser parente até terceiro grau civil da parte, não poderá ser aproveitado como simples informação.
- Ⓓ A testemunha que litigar ou tiver litigado contra o mesmo empregador, em processo cujo objeto seja idêntico, torna-se suspeita.

**QUESTÃO 100**

Acerca da prática dos atos processuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As férias coletivas dos ministros do TST interrompem os prazos processuais.
- Ⓑ Presume-se recebida a notificação 48 horas após sua postagem, cabendo ao destinatário fazer prova quanto ao seu não-recebimento ou sua entrega após o decurso desse prazo.
- Ⓒ A intimação endereçada à parte, quando feita em endereço diverso do indicado na contestação, mas por ela recebida, torna inválido o ato praticado.
- Ⓓ Quando a parte for notificada no sábado, a contagem do prazo se inicia na segunda-feira subsequente.

